



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DA VEREADORA BÁ

REQUERIMENTO Nº

0857/2020-

Requer a transcrição, para os anais desta Casa Legislativa Municipal, da matéria "Pedidos de socorro", publicada no Jornal Diário do Nordeste, edição de 14 de fevereiro de 2020.

Exmº Sr. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA.

A Vereadora LUCIMAR VIEIRA MARTINS (BÁ) vem à presença de V. Exª requerer que se digne proceder a transcrição, para os anais da Câmara Municipal de Fortaleza, da matéria "Pedidos de socorro", em anexo, publicada no Jornal Diário do Nordeste, página 02, seção Destaque, edição de 14 de fevereiro de 2020.

Departamento Legislativo, em 18 de fevereiro de 2020

LUCIMAR VIEIRA MARTINS (BÁ)
Vereadora do PTC



DESTAQUE SAÚDE NA JUSTIÇA

FOTO: JOSÉ LEMAR



#Saúde



Theyse Viana

theyse.viana@svm.com.br

“

No fundo, não falta medicação, porque quem entra na Justiça sempre recebe. Então por que essa burocracia?”

Janaína Landim
Assistente financeira

Não dá para ficar esperando que o paciente demande: se é uma necessidade, precisamos nos organizar para suprir”

Dr. Cabeto
Secretário da Saúde do Ceará

Pedidos de socorro

Recorrer à Justiça para conseguir fralda, medicamento, consulta, cadeira de rodas, leito hospitalar, cirurgia e outros tantos serviços que os governos Federal, Estadual e Municipal deveriam ofertar prontamente é ‘adoecedor’ - à saúde da população e aos cofres públicos. Em 2018, o Núcleo de Defesa da Saúde (Nudesa) da Defensoria Pública do Ceará recebeu 6.085 solicitações de insumos e serviços, número que saltou para 10.551, no ano

passado: um aumento de 73% no contingente que não consegue acesso pleno e direto ao SUS. Os números se referem somente a Fortaleza.

A quantidade de demandas convertidas em ações judiciais, porém, tem caído. De acordo com a supervisora do Nudesa, Yamara Lavor, cerca de 42% das solicitações que chegaram ao órgão em 2019 foram resolvidas administrativamente, ou seja, em acordo mútuo com as secretarias Esta-

dual (Sesa) e Municipal (SMS) de Saúde. Pouco mais de 3.900 demandas deixaram de virar ações na Justiça. Já em 2018, 1.690 pedidos foram atendidos, o que corresponde a 27,7% do total daquele ano, contabiliza a Defensoria.

Apesar disso, os números ainda são altos, e milhares precisam processar Estado e Município para acessar os serviços públicos. A estimativa do titular da Sesa, Carlos Roberto Martins Rodrigues Sobrinho,